

ENSINO MÉDIO INTEGRADO E GÊNERO: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO

INTEGRATED HIGH SCHOOL AND GENDER: A NECESSARY DIALOGUE

EDUCACIÓN SECUNDARIA INTEGRADA Y GÉNERO: UN DIÁLOGO NECESARIO

Júlio Cesar da Silva

Mestre em Administração Pública
Instituto Federal do Piauí, Brasil
E-mail: juliocesar.silvamj@gmail.com

Dyllmar Alves de Sousa

Doutorando em Administração
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Brasil
E-mail: dyllmar.sousa@ufms.br

Diego Fialho da Silva

Doutorando em Administração
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Brasil
E-mail: diego.fialho@ufms.br

Karina da Silva

Doutoranda em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente
Universidade Federal de Rondônia, Brasil
E-mail: karinaunir87@gmail.com

Solange da Silva Silveira

Mestranda em Direitos Humanos
Universidade Federal de Rondônia, Brasil
E-mail: solangedasilvasilveira@gmail.com

Cézar Oliveira de Souza

Doutorando em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente
Universidade Federal de Rondônia, Brasil
E-mail: cezaros@gmail.com

Eleonora Raquel de Sousa Ferreira

Pós-Graduado em Docência do Ensino Superior
Universidade Estadual do Piauí, Brasil
E-mail: profleoia2024@gmail.com

Resumo

O artigo discute o Ensino Médio Integrado (EMI) sob a ótica da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), contextualizando-a como um espaço historicamente masculino que reproduz a divisão sexual

do trabalho. O objetivo é investigar as questões de gênero e a participação feminina na EPT, focando na formação humana integral. A metodologia consistiu numa pesquisa qualitativa de cunho exploratório-descritivo, baseada numa revisão narrativa de literatura com perspectiva dialética. Os resultados revelam a persistência de segregações horizontais e verticais, onde as mulheres são frequentemente direcionadas a eixos de "cuidado" em detrimento dos tecnológicos. Como contribuição, o estudo defende que a formação omnilateral exige a desconstrução de preconceitos de gênero e a integração sistemática deste debate nos currículos pedagógicos.

Palavras-Chave: Ensino Médio Integrado, Educação Profissional e Tecnológica, Mulheres, Gênero.

Abstract

The article discusses Integrated High School (IHS) within the context of Professional and Technological Education (PTE), highlighting it as a historically male-dominated space that reproduces the sexual division of labor. The objective is to investigate gender issues and female participation in PTE, focusing on integral human formation. The methodology involved qualitative research of an exploratory-descriptive nature, based on a narrative literature review with a dialectical perspective. Results reveal the persistence of horizontal and vertical segregation, where women are often directed toward "care" fields rather than technological ones. As a contribution, the study argues that omnilateral formation requires deconstructing gender biases and systematically integrating this debate into pedagogical curricula.

Keywords: Integrated Secondary Education, Professional and Technological Education, Women, Gender.

Resumen

El artículo analiza la Educación Secundaria Integrada (EMI) en el contexto de la Educación Profesional y Tecnológica (EPT), contextualizándola como un espacio históricamente masculino que reproduce la división sexual del trabajo. El objetivo es investigar las cuestiones de género y la participación femenina en la EPT, centrándose en la formación humana integral. La metodología consistió en una investigación cualitativa de carácter exploratorio-descriptivo, basada en una revisión narrativa de la literatura con perspectiva dialéctica. Los resultados revelan la persistencia de segregaciones horizontales y verticales, donde las mujeres suelen ser dirigidas hacia áreas de "cuidado" en lugar de las tecnológicas. Como contribución, el estudio defiende que la formación omnilateral exige la desconstrucción de prejuicios de género y la integración sistemática de este debate en los currículos pedagógicos.

Palabras Clave: Educación Secundaria Integrada, Educación Profesional y Tecnológica, Mujeres, Género.

1 Introdução

A escola deve representar um mecanismo valioso de sistematização dos saberes e humanização. Contudo, nem sempre esses saberes são produzidos de maneira uníssona, humanizada e como instrumento de libertação e emancipação humana.

No contexto brasileiro, temos o que chamamos de escola dual, ou seja, um

formato para os filhos da classe trabalhadora e outro para os filhos dos detentores dos meios de produção. Ao tratar sobre o tema, Borges (2017) explica que, na sociedade do capital, toda riqueza humana tornou-se mercado, bem como os saberes sistematizados. Nesse sentido, diante desse cenário mercadológico, a classe trabalhadora é expropriada dos saberes e das artes.

Nessas circunstâncias de caráter dual, possuímos no Brasil o que chamamos de Ensino Médio Integrado (EMI), que surge com o ideário da promoção de uma educação politécnica, que alie trabalho, ciência, tecnologia e cultura, formando o adolescente tanto para o mercado de trabalho, como para a cidadania. Deveras, percebe-se que esse projeto de ensino surge com objetivos ousados que, na prática, traz dilemas difíceis de serem superados, tais como a dificuldade de integração entre as disciplinas técnicas e as da base comum e a promoção de uma interdisciplinaridade concreta entre as disciplinas.

De acordo com (Ciavatta, 2014), o tema da formação integrada, associado ao conceito de politécnica, tem sido alvo de polêmicas, quando se pensa a educação articulada ao trabalho como instrumento de emancipação humana na sociedade capitalista.

Assim, pode-se perceber que o EMI público surge com o objetivo de, ao menos, minimizar os efeitos do abismo existente entre as classes sociais, pois possibilita que o jovem possua uma profissão técnica, ao término do ensino médio. Nessa seara, em um processo capitalista, na qual a classe trabalhadora tem dificuldades de acesso ao emprego e ao direito à educação, a possibilidade de uma formação técnica, aos filhos da classe proletária, representa um instrumento concreto de mobilidade social e de geração de empregos.

Os primeiros registros da educação profissional surgem a partir de 1809, com a criação do Colégio das Fábricas, pelo Príncipe Regente, futuro D. João VI (Brasil, 1999 – Parecer nº 16/99-CEB/CNE). Nessa direção, ao longo do século XIX foram criadas diversas instituições, especialmente no âmbito da sociedade civil, voltadas para o ensino das primeiras letras e a iniciação em ofícios, cujos destinatários eram as crianças pobres, os órfãos e os abandonados, dentre essas, os Asilos da Infância

dos Meninos Desvalidos. Posteriormente, o início do século XX trouxe uma novidade para a educação profissional do país quando houve um esforço público de sua organização, modificando a preocupação assistencialista, da preparação de operários para o exercício profissional. Assim, em 1909, o Presidente Nilo Peçanha criou as Escolas de Aprendizes Artífices, e instalou dezenove delas, em 1910, nas várias unidades da Federação (Ramos, 2014).

Nesse diapasão, percebe-se que os princípios e interesses norteadores da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) estão intrinsecamente relacionados aos interesses e dinâmica do Capital, possuindo ainda seu aspecto social, objetivando amparar os mais humildes. Com isso, tem-se outra problemática, qual seja: as questões de gênero, pois se constata que os cursos profissionais são voltados, em sua maioria, para homens. Observem que a EPT foi criada, a priori, para atender às demandas da indústria, bem como assistir aos mais humildes. Ocorre que existia/existe um problema social (a desigualdade) e, com isso, sempre tivemos também a desigualdade perpetuada entre gêneros e os papéis simbolicamente atribuídos como de homem ou de mulheres. Não é possível pensar o EMI sem investigar a desigualdade entre gêneros e as construções de masculinidades que permeiam esse terreno.

É mister investigar o percurso histórico-social das mulheres nesse arcabouço de educação, voltada para homens. Imaginá-las ocupando espaços do eixo tecnológico, tais como Eletrônica, Eletrotécnica, Mecânica revela, sobretudo, a necessidade de discutir as tensões sociais e rompimentos históricos que essas ocupações representam, principalmente em relação aos modelos de masculinidade que devem ser reproduzidos no ambiente escolar.

A escola muitas vezes não funciona como um espaço de acolhimento e inclusão, pelo contrário, é reprodutora, em geral, de um poder dominante e patriarcal. Dessa forma, o presente trabalho investiga as questões de gênero, relacionadas às mulheres, na educação profissional tecnológica, principalmente em relação ao EMI, quando o considerarmos, sob o ponto de vista da omnilateralidade.

A tese central deste trabalho é que a formação omnilateral, pilar do EMI,

permanece como um projeto inacabado enquanto não incorporar a crítica à divisão sexual do trabalho em seu currículo técnico e propedêutico. Não se trata apenas de incluir 'temas' de gênero, mas de reconhecer que a integração entre ciência, trabalho e cultura exige o desmonte das hierarquias que naturalizam os eixos tecnológicos como espaços masculinos

2 Procedimentos Metodológicos

A presente pesquisa caracteriza-se como uma revisão narrativa de literatura, de natureza qualitativa e caráter exploratório-descritivo, fundamentada na análise teórica e bibliográfica. O delineamento metodológico buscou investigar a intersecção entre as categorias de gênero e o EMI, partindo da premissa de que a EPT é um campo historicamente atravessado pela divisão sexual do trabalho (Antunes, 2009; Lopes e Quirino, 2017).

Para a composição do corpus de análise, foram adotados critérios de seleção baseados na relevância teórica e no alinhamento com a tradição crítica da educação. O levantamento bibliográfico foi realizado em bases de dados nacionais, como o Portal de Periódicos da CAPES e o Google Acadêmico, utilizando os descritores combinados: "Ensino Médio Integrado", "Gênero", "Divisão Sexual do Trabalho" e "Formação Omnilateral".

O recorte temporal priorizou as obras fundamentais que consolidaram o conceito de EMI no Brasil, entre 2005 e 2014, representadas pelas produções de Ramos (2014), Ciavatta (2014) e Frigotto *et al.* (2005). Contudo, para garantir a atualidade do debate e atender à necessidade de problematização empírica, foram incorporados estudos recentes que analisam a trajetória das mulheres nos Institutos Federais e os indicadores de matrícula por eixo tecnológico.

A análise das obras selecionadas seguiu uma perspectiva dialética, buscando não apenas sintetizar os conceitos de autores clássicos como Simone de Beauvoir e Guacira Lopes Louro, mas confrontá-los com a realidade concreta do ambiente escolar da EPT. As categorias analíticas centrais estabelecidas para a discussão foram: a) a historicidade da dualidade educativa e do patriarcado; b) a segregação

horizontal e vertical nos cursos técnicos; e c) a práxis pedagógica como instrumento para a formação humana integral.

Optou-se deliberadamente pela priorização de autores clássicos, considerando-se a robustez teórica, o rigor analítico e o caráter atemporal de suas contribuições. Tal escolha não se deu por ausência de produções contemporâneas relevantes, mas como uma opção metodológica consciente, que também assume um sentido crítico: a permanência e atualidade dessas interpretações evidenciam que muitas das dinâmicas sociais, políticas e discursivas por eles analisadas continuam presentes, reproduzindo-se sob novas formas no contexto contemporâneo. Assim, recorrer aos clássicos permite não apenas fundamentar teoricamente a análise, mas também problematizar a persistência estrutural dos fenômenos investigados

3 As Primeiras “Ondas”: Considerações Sobre Gênero

Antes de trabalharmos a discussão entre Gênero e o EMI, é importante trazer os conceitos sobre gênero e masculinidades, bem como as pontuações históricas concernentes à luta das mulheres por igualdade de direitos e condições de vida dignas.

Destacamos ainda que esse trabalho optou por usar a expressão “as mulheres”, no plural, pois entendemos que o termo “a mulher”, no singular pode levar a equívocos, no sentido de entendê-las como categorias fixas. Quando falamos “as mulheres” referimo-nos às mais diversas (mulheres negras, brancas, classe baixa, média, alta, entre outras), cada uma com suas subjetividades e lutas específicas.

Existe a mulher, mas várias e diferentes mulheres que não são idênticas entre si, solidárias ou não, cúmplices ou opositoras. As identidades de gênero são sempre construídas, elas não dadas ou acabadas em determinado momento. As identidades são instáveis, estão sempre se constituindo e, por isso, passíveis de transformação (Louro, 1997).

Ao longo da história, foi possível observar várias manifestações contra a opressão em que as mulheres são historicamente submetidas. Contudo, quando se

pretende sistematizar o movimento feminista de uma maneira mais didática, costuma-se remeter ao Ocidente, no século XIX.

Assim, de acordo com Louro (1997), na virada do século as manifestações contra a discriminação feminina adquiriram uma visibilidade maior no chamado sufragismo, movimento pautado ao direito do voto às mulheres, o que ficou conhecido posteriormente como a primeira onda do feminismo. Seus objetivos mais imediatos estavam ligados à organização da família, oportunidade de estudo e acesso a determinadas profissões. Esses anseios estavam ligados aos interesses das mulheres brancas de classe média. Em momento posterior, tivemos a “segunda onda”, no final de 1960, a qual, além de preocupações políticas e sociais, voltou-se para as construções teóricas propriamente ditas. O movimento feminista contemporâneo ressurgiu expressando-se não apenas através de grupos de conscientização, marchas e protestos públicos, mas também através de livros e revistas: *Le deuxième sexe*, de Simone Beauvoir (1949), *The feminine mystique*, de Betty Friedan (1963), *Sexual politics*, de Kate Millett (1969). Tornar visível aquela que fora ocultada foi o grande objetivo das estudiosas feministas desses primeiros tempos.

Percebe-se que o conceito de gênero está relacionado à história do movimento feminista, inclusive a mesma autora explica que foi através das feministas anglo-saxãs que *gender* passou a ser usado como distinto de sex. Dessa forma, há uma rejeição ao determinismo biológico e elas desejam acentuar o caráter social das distinções baseadas no sexo. Há todo um constructo social e histórico que colocou sempre as mulheres em uma posição de inferioridade, subordinação. Não são as características biológicas e físicas, que explicam as diferenças sociais entre homens e mulheres, mas sim as construções históricas a respeito desses corpos.

Nesse sentido, Beauvoir (1970, p. 7), na Introdução de *O Segundo Sexo* afirma que: “as mulheres de hoje estão destronando o mito da feminilidade; começam a afirmar concretamente sua independência; mas não é sem dificuldade que conseguem viver integralmente sua condição de ser humano”. Ao investigar a condição feminina, a autora argumenta que a identidade das mulheres não decorre de

uma essência imutável, mas de um constructo histórico e social moldado pelos costumes e pela educação. No contexto da EPT, essa perspectiva permite compreender que a baixa presença feminina em eixos tecnológicos não é um dado biológico, mas o resultado de um processo de socialização que, desde a infância, direciona as mulheres para o ambiente doméstico e para profissões de cuidado, em detrimento de áreas técnicas.

Se há uma construção histórica e social que imagina os corpos femininos como frágeis e os impõe há um determinismo social negador inclusive de direitos e outras garantias, existe também um constructo social que pensa nos corpos masculinos como viris e fortes. Nesse diapasão, faz-se necessário questionar os padrões de masculinidades que foram construídos ao longo do tempo e não somente isso, mas, sobretudo, desconstruí-los, na tentativa de libertar também os homens desse constructo forjado, numa ideia de superioridade, pois como disse Beauvoir (1970) “libertada a mulher, libertar-se-á também o homem da opressão que para ela forjou e entre dois adversários enfrentando-se em sua pura liberdade, fácil será encontrar um acordo.”

Tendo em vista que é comum confundir os termos, é importante destacarmos que existe diferença entre identidade de gênero e identidade sexual. Sendo assim, Louro (1997) explica que as identidades sexuais se constituem através das formas como os indivíduos vivem sua sexualidade, com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as. Por outro lado, os sujeitos também se identificam, social e historicamente, como masculinos ou femininos e assim constroem suas identidades de gênero. Essas identidades (sexuais e de gênero) estão profundamente inter-relacionadas; nossa linguagem e nossas práticas muito frequentemente as confundem, tornando difícil pensá-las distintivamente. No entanto, não é a mesma coisa: sujeitos masculinos ou femininos podem ser heterossexuais, homossexuais, bissexuais (e, ao mesmo tempo, eles também podem ser negros, brancos, ou índios, ricos ou pobres etc.).

Se por um lado temos as representações históricas e sociais que colocam o que é o feminino em uma posição subalterna, frágil, do outro temos as

representações das formas de se pensar e agir em relação ao masculino, associando esse ao poder, a força, virilidade, segurança, constituindo as masculinidades e o machismo.

Nigro e Baracat (2018) argumentam que o machismo, derivado da construção social da masculinidade, subjuga mulheres por meio de supostas superioridades e censuras, ao mesmo tempo que desumaniza homens ao rotulá-los como seres puramente impulsivos. Para as autoras, a superação desse sistema exige políticas públicas de educação de gênero transversais à sociedade, visando a formação de cidadãos pautados pela igualdade.

Dessa forma, percebemos que é necessário um engajamento de toda a sociedade, no sentido de se combater as desigualdades de gênero e por consequência os estigmas e opressões que foram construídos a partir dessa lógica excludente.

Para que a análise das ondas feministas seja completa, é indispensável reconhecer que a ausência de um olhar étnico-racial no movimento acabou por invisibilizar as mulheres negras e suas lutas específicas.

Nesse aspecto, o Feminismo negro traz uma contribuição teórica fundamental ao evidenciar que as opressões de raça, classe e gênero funcionam de maneira combinada na vida dessas mulheres. O conceito de interseccionalidade é a ferramenta necessária para capturar as consequências da interação entre diferentes eixos de subordinação. Portanto, ao romper com a ideia de uma "mulher universal" baseada apenas na experiência branca, o feminismo negro propõe um novo marco civilizatório que permite que a mulher negra deixe de ser vista como o "outro" e passe a ser reconhecida como um sujeito político pleno (Ribeiro, 2016).

4 As Mulheres na Educação Profissional e Tecnológica

Após um breve contexto histórico relacionado ao conceito gênero e as representações históricas que se construíram sobre o feminino, discutiremos a inserção das mulheres na educação profissional, pois como vimos na Introdução esse tipo de educação foi pensada a priori para homens. Assim, quando imaginamos

os cursos do eixo essencialmente tecnológico, temos as mulheres rompendo com determinismos sociais e históricos. Os cursos de Mecânica, Eletrônica, Eletrotécnica, por exemplo, são formados, em sua maioria, por alunos do gênero masculino.

De acordo com Lopes e Quirino (2017), dados do INEP 2015 mostram que em todo o Brasil as mulheres se concentram em cursos que reportam ao cuidado e a uma estreita ligação com o trabalho doméstico, tais como cursos dos eixos Ambiente e Saúde e Turismo, Hospitalidade e Lazer.

Não foi à toa que Beauvoir (1970, p. 467) esclareceu:

Quando se julgam as realizações profissionais da mulher e quando a partir delas se pretende antecipar-lhe o futuro, cumpre não perder de vista esse conjunto de fatos. É no seio de uma situação atormentada, escravizada ainda aos encargos tradicionalmente implicados na feminilidade, que ela se empenha numa carreira. As circunstâncias objetivas tampouco lhe são favoráveis. É sempre difícil ser um recém-chegado que tenta abrir caminho através de uma sociedade hostil ou, pelo menos, desconfiada. Richard Wright mostrou, em *Black Boy*, a que ponto as ambições de um jovem negro nos Estados Unidos são barradas desde o início e que luta lhe cabe sustentar simplesmente para se erguer ao nível em que os problemas começam a apresentar-se aos brancos; os negros que vieram da África para a França conhecem também — em si mesmos como exteriormente — dificuldades análogas às que encontram as mulheres.

Ao analisar as palavras de Beauvoir juntamente com os dados do INEP 2015, percebe-se que pouca coisa mudou, considerando que as profissões associadas às mulheres ainda são aquelas relacionadas ao zelo e cuidado, profissões que, de um modo geral, sugerem delicadeza.

Na divisão do trabalho das fábricas as atividades de concepção ou aquelas baseadas em capital intensivo são ocupadas pelo trabalho masculino, enquanto as mais elementares são destinadas às mulheres. Nas pesquisas realizadas no Reino Unido, Ana Pollert, ao tratar do tema sobre o prisma da divisão sexual do trabalho, afirma que é visível a distinção entre os trabalhos masculinos e femininos. Enquanto aquele atém-se às unidades onde é maior a presença de máquinas mais avançadas, o trabalho das mulheres é restrito às áreas mais rotinizadas, onde é maior a necessidade de trabalho intensivo (Antunes, 2009).

Lopes e Quirino (2017) em uma pesquisa de mestrado realizada no Centro

Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), por meio do levantamento documental na instituição e da análise dos discursos de alunas dos cursos de maior e menor concentração feminina, analisa as escolhas de mulheres por determinados cursos em detrimento de outros. Constatou-se que para as alunas do Curso Técnico em Mecânica, por exemplo, a influência familiar aparece de forma mais evidente na opção por uma carreira que já está estabelecida no grupo familiar e no desejo de fazer parte de um grupo reservado apenas aos homens da família.

Essas alunas almejam a desconstrução da segregação horizontal, adentrando em grupos anteriormente reservados apenas aos homens e também a segregação vertical, buscando opções de cursos para sua ascensão profissional futura. Já aquelas que optaram pelo curso tradicionalmente feminino, não foi uma escolha feita de forma cega. As alunas demonstram conhecer essa realidade sexista e, embora ingressem em áreas profissionais feminilizadas, assumem uma postura combativa contra a desvalorização dos conhecimentos ditos femininos, de sua naturalização e, portanto, não exigência de formação específica. As alunas descrevem uma situação que manifesta o princípio da hierarquia nos cursos técnicos ofertados pela instituição: existem cursos para homens e cursos para mulheres e os cursos para homens valem mais do que o curso para as mulheres (Lopes e Quirino, 2017).

A literatura indica que a participação feminina nos Institutos Federais é desigual, com baixa representação em áreas historicamente masculinas. Na Tecnologia da Informação, observa-se que, apesar do interesse inicial em cursos técnicos, há uma alta evasão e desinteresse pela graduação, motivados por barreiras subjetivas e contextuais (como insegurança e ambientes adversos) que geram sobrecarga e dificultam a permanência feminina (Pereira *et al.*, 2020).

No âmbito do ensino superior, estudos voltados às áreas de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM) reforçam que a afinidade com o conteúdo do curso é um dos principais fatores que motivam o ingresso das mulheres nessas graduações. Todavia, mesmo quando conseguem acessar esses espaços, as estudantes enfrentam processos de subestimação e discriminação em áreas consideradas masculinas. As relações de gênero perpassam tanto o ingresso quanto

a permanência, exigindo das mulheres a superação constante de preconceitos para se manterem em campos historicamente dominados por homens (Junges, Rosa e Grocinotti, 2023).

Do ponto de vista da produção científica, análises do tipo “Estado do Conhecimento” revelam que as relações de gênero impactam negativamente o acesso e a permanência das mulheres na EPT. Levantamentos realizados a partir de teses e dissertações da pós-graduação brasileira indicam que, apesar da relevância do tema, o número de estudos ainda é reduzido, o que evidencia a necessidade de ampliação das pesquisas voltadas às experiências femininas nos cursos técnicos dos Institutos Federais (Barros e Lima, 2024).

Pesquisas semelhantes, centradas nos cursos técnicos integrados, demonstram que o acesso histórico das mulheres à educação esteve associado à limitação a áreas consideradas socialmente femininas. Nesse sentido, os Institutos Federais assumem papel estratégico ao buscarem uma formação integral e ao enfrentarem desigualdades de gênero por meio de políticas educacionais inclusivas. Contudo, os estudos indicam que essas desigualdades ainda se manifestam de forma estrutural, exigindo ações contínuas para sua superação (Barros e Lima, 2024).

A desigualdade de gênero também se expressa em cursos técnicos e tecnológicos associados a áreas de maior presença masculina, como Segurança do Trabalho. Análises históricas realizadas no Instituto Federal da Paraíba evidenciam que a participação feminina variou ao longo dos anos, apresentando períodos de elevada evasão, especialmente no curso de tecnólogo. Ainda que haja avanços recentes na permanência das estudantes, os dados revelam que as desigualdades de gênero permanecem como um desafio relevante no contexto da EPT (Machado e Severo, 2023).

A presença de mulheres nesses cursos tecnológicos representa um rompimento com uma estrutura escolar sexista, pautada na desigualdade de gênero, sem pensar em um projeto pedagógico que traga essas discussões para o ambiente da EPT. Portanto, é mister discutir essa divisão sexual do trabalho em sala de aula,

como forma de possibilitar uma formação mais humana, bem como de combate às desigualdades entre homens e mulheres. É, sobretudo, formar mulheres conscientes do processo de silenciamento vivido ao longo da história e homens imbuídos em se libertar da sua ideia de superioridade, tão alimentada pelo patriarcado (Lopes e Quirino, 2017).

Seguindo esse mesmo entendimento, Antunes (2009) esclarece que a busca pela emancipação humana exige o enfrentamento do sistema de metabolismo social do capital, que subordina a subjetividade do trabalhador. Contudo, no caso das mulheres, essa luta é multidimensional, ela deve combater simultaneamente a exploração de classe e as estruturas de opressão masculina pré-capitalistas que persistem no regime assalariado. Para o EMI, isso implica que a formação omnilateral não pode ser neutra, ela deve munir a classe trabalhadora de ferramentas para questionar tanto a alienação do trabalho quanto a hierarquia de gênero que desvaloriza o saber feminino.

No contexto do EMI, quando temos um arcabouço escolar formado por adolescentes, ainda em formação social, temos mais possibilidades de formar cidadãos críticos e empenhados em desconstruir esses padrões de gênero, geradores de tensões cruéis entre homens e mulheres, sobretudo se a escola faz dessas discussões uma práxis, através do diálogo entre as mais diversas disciplinas.

A discussão sobre gênero deve fazer parte do cotidiano dos alunos do EMI e da EPT em geral, quer sobre forma de sequências didáticas, cursos de extensão, oficinas temáticas, feiras culturais, uma vez que possibilitar uma formação cidadã é um dos pressupostos fundamentais do ideário de educação omnilateral.

Um projeto de EMI ao ensino técnico tendo como eixos o Trabalho, a ciência e a cultura deve superar o conflito existente em torno do papel da escola, de formar para a cidadania ou trabalho produtivo, permitindo assim um currículo voltado para as humanidades e também para as ciências e tecnologias, que seja: a) capaz de conceber o sujeito como ser histórico e social concreto, capaz de transformar a realidade em que vive; b) vise à formação humana como síntese da formação básica e a formação para o trabalho; c) tenha o trabalho como princípio educativo,

possibilitando a compreensão do significado econômico, social, histórico, político e cultural das ciências e das artes; d) seja baseado numa epistemologia que considere a unidade de conhecimentos gerais e específicos; e) seja baseada em uma pedagogia que vise à construção conjunta de conhecimentos gerais e específicos, no sentido de que os primeiros fundamentem os segundos e esses evidenciem o caráter produtivo concreto dos primeiros e f) seja centrado no fundamento das diferentes técnicas caracterizadoras do processo de trabalho moderno, tendo como eixos o trabalho, a ciência e a cultura Frigotto *et al.* (2005).

Quando pensamos que essa modalidade de ensino tem um compromisso com o trabalho, ciência e cultura não se pode deixar de incluir as questões de gênero, pois conforme já foi demonstrado, elas permitem a não reprodução de dilemas históricos, que foram responsáveis pela geração do antagonismo entre homens e mulheres.

Ramos (2014) pontua que o conceito de integração, usado para definir uma forma de oferta da educação profissional articulada com o ensino médio, qual seja, o de natureza filosófica expressa uma concepção de formação humana, baseada na integração de todas as dimensões da vida no processo educativo, objetivando à formação omnilateral dos sujeitos. Trabalho, ciência, tecnologia e cultura formam uma unidade, sendo indissociáveis da formação humana, tendo o trabalho como categoria central, nas suas dimensões ontológica e histórica. Disso decorre o trabalho como princípio educativo a orientar um projeto de educação profissional comprometido com a formação humana. Esse princípio está relacionado ao trabalho como princípio educativo, o qual, ao ser assumido em uma educação integrada, contribui para a formação de sujeitos autônomos que possam compreender-se no mundo e, dessa forma, atuar nele por meio do trabalho.

A desconstrução da polaridade dos gêneros significaria problematizar tanto a oposição entre eles quanto a unidade interna. Implica observar que o polo masculino contém o feminino (de modo desviado, postergado, reprimido) e vice-versa; implicaria também a percepção de que cada um desses polos é internamente fragmentado. A desconstrução sugere que se busquem os processos e as condições

que estabelecem os termos da polaridade. Supõe-se que se historicize a polaridade e a hierarquia nela implícita (Louro, 1997).

O Estado deve cumprir papel contundente na defesa dos direitos da mulher e propor estratégias para proteger as trabalhadoras frente as imposições do mercado. Reveste-se de especial importância para as mulheres o perigo do desemprego, posto que a maior parte dos lares brasileiros é chefiada por mulheres. A precariedade do trabalho feminino se revela através do fato de receberem salários menores que o dos homens (Lopes e Quirino, 2017).

Assim, seria interessante, por exemplo, que o currículo do EMI e da EPT trouxessem em seu currículo um compromisso de descortinar esses temas que são silenciados, tendo em vista justamente a premissa de formação de cidadãos capazes de mudar o mundo em que vivem. Discutir feminismo, masculinidades devem ser pautas da rotina escolar desses estudantes, como corolário de uma educação efetivamente omnilateral.

O presente trabalho tem como delimitação de objeto às questões relacionadas às mulheres, mas destacamos que temas como diversidade, sexualidade, questões raciais devem ser discutidas de forma dialogada com todas as disciplinas. Essas temáticas não devem se restringir aos professores de História e Sociologia, por exemplo.

5 Considerações Finais

A EPT surgiu historicamente vinculada às demandas do capitalismo industrial, sendo concebida, em seus primórdios, como um espaço majoritariamente masculino. Essa característica estrutural reflete a divisão sexual do trabalho presente na sociedade e permanece visível na organização dos cursos técnicos, especialmente naqueles associados aos eixos tecnológicos tradicionalmente vinculados à força física, à racionalidade técnica e à virilidade.

Essa configuração evidencia que as desigualdades de gênero não são circunstanciais, mas resultam de construções históricas, sociais e culturais profundamente enraizadas. Nesse contexto, o EMI configura-se como uma proposta

pedagógica atravessada por importantes controvérsias teóricas. Ao mesmo tempo em que se fundamenta no ideal da formação omnilateral, articulando trabalho, ciência, tecnologia e cultura, enfrenta limites impostos pela própria lógica do capital que historicamente estruturou a educação profissional.

Como principal contribuição, este estudo reforça a necessidade de que o EMI incorpore, de forma sistemática, o debate de gênero em seus currículos e práticas pedagógicas, compreendendo-o como dimensão constitutiva da formação humana integral. Ao articular gênero, trabalho e educação, o artigo amplia o campo de reflexão sobre a EPT, evidenciando que a formação omnilateral somente se concretiza quando enfrenta criticamente as desigualdades estruturais presentes na sociedade.

Entretanto, a pesquisa apresenta limitações que precisam ser reconhecidas. Por tratar-se de uma revisão de literatura, não contempla dados empíricos capazes de apreender as experiências concretas de estudantes e docentes no cotidiano da EPT.

Ademais, o recorte analítico concentrou-se prioritariamente nas questões relacionadas às mulheres, não explorando de forma aprofundada outras dimensões da diversidade, como raça, sexualidade e identidades dissidentes de gênero, que também atravessam o espaço escolar.

Diante disso, sugere-se que pesquisas futuras avancem na realização de estudos empíricos, especialmente de natureza qualitativa, que investiguem as vivências de alunas em cursos técnicos tradicionalmente masculinizados, bem como as percepções de estudantes do gênero masculino frente às discussões de gênero no ambiente escolar.

Recomenda-se, ainda, o desenvolvimento de análises interseccionais que articulem gênero, raça e classe social, contribuindo para uma compreensão mais ampla das desigualdades na EPT.

Conclui-se, portanto, que o enfrentamento das desigualdades de gênero no EMI não constitui um tema periférico, mas um elemento central para a efetivação do projeto de formação humana integral. Somente por meio da problematização crítica

das estruturas que historicamente silenciaram as mulheres e naturalizaram a superioridade masculina será possível avançar na construção de uma sociedade mais justa, democrática e socialmente igualitária.

Referências

ANTUNES, R. L. C. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BARROS, J. K. G.; LIMA, A. M. Estudantes mulheres nos cursos técnicos dos institutos federais: a produção científica da pós-graduação brasileira (2012-2022). **Revista de Estudos Aplicados em Educação**, v. 9, p. e20249521–e20249521, 17 dez. 2024.

BORGES, L. F. P. Educação, escola e humanização em Marx, Engels e Lukács. **Revista Educação em Questão**, v. 55, n. 45, p. 101–126, 13 set. 2017.

CIAVATTA, M. O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral. Por que lutamos? **Trabalho & Educação**, v. 23, n. 1, p. 187–205, 18 abr. 2014.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M.; FERREIRA, E. B.; GARCIA, S.; CORRÊA, V. **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

JUNGES, D. DE L. V.; ROSA, L. P. DA; GROGINOTTI, V. G. A percepção de mulheres estudantes em cursos de graduação das áreas STEM. **Amazônia: Revista de Educação em Ciências e Matemáticas**, v. 19, n. 42, p. 102–117, 2023.

LOPES, S. F. P.; QUIRINO, R. Relações de gênero na educação profissional e tecnológica: as escolhas das alunas do CEFET-MG. *In*: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress. **Anais eletrônicos** [...] Florianópolis: Universidade Federal de Minas Gerais, 2017. p. 1 – 13. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/items/355ea938-5800-4735-97bc-458a97c446c3>>. Acesso em: 09 nov 2019.

LOURO, G. L. **Sexos, sexualidades e gêneros: monstruosidades no currículo da Educação Sexual**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MACHADO, V. M.; SEVERO, A. L. F. A desigualdade de gênero no curso presencial de segurança do trabalho no IFPB: a presença da mulher nos anos 2009 a 2020. **Cidadania em Ação: Revista de Extensão e Cultura**, v. 6, n. 2, p. 4–22, 19 abr. 2023.

NIGRO, I. S.; BARACAT, J. Masculinidade: preciosa como diamante, frágil como cristal. **Revista Científica Eletrônica de Psicologia**, v. 30, n. 1, p. 4–19, 2018.

PEREIRA, J. S.; ROSA DE MOURA, L.; COELHO, N. M. A.; MONTES, G. C.; MAGESTI, I. O.; MARTINS COELHO, A. Uma Análise da Participação das Mulheres nos Cursos Técnico em Informática e Ciência da Computação do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais. *In: Women in Information Technology (WIT). Anais eletrônicos [...]* Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 30 jun. 2020. p. 139–148. Disponível em: <<https://sol.sbc.org.br/index.php/wit/article/view/11284>>. Acesso em: 09 nov 2019.

RAMOS, M. N. **História e Política da Educação Profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

RIBEIRO, D. Feminismo negro para um novo marco civilizatório: uma perspectiva brasileira. **Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 13, n. 24, p. 99–104, 2016.